

DÍVIDA: A FÓRMULA PARA O ACORDO.

O Brasil deposita US\$ 1,5 bilhão em um banco neutro. Os credores reescalonom a dívida até 1989. Os EUA aprovam.

Uma fórmula para o fim da moratória está surgindo nas negociações entre o Brasil e seus credores, com o apoio dos Estados Unidos: o governo brasileiro depositaria o equivalente a um terço dos 4,5 bilhões de dólares numa instituição neutra, como o Banco Internacional de Liquidações (o banco dos bancos centrais) de Basileia, na Suíça, e receberia o restante, para saldar a dívida, dos próprios bancos, em dinheiro novo ou apenas como uma operação contábil.

Por esta fórmula, ainda, os credores teriam que garantir o reescalonamento da dívida até 1989, e não só até o ano que vem, como já estariam inclinados a aceitar. E preservariam as linhas de crédito de curto prazo, comerciais e interbancárias, num valor de 15 bilhões de dólares.

O enviado especial do ministro Bresser Pereira aos Estados Unidos, Fernão Bracher, confirmou na tarde de ontem, ao sair dos escritórios de advocacia Sherman e Sterling, no prédio ao lado do Citicorp Center, que tem feito a ponte-aérea Nova York-Washington, nos últimos dias, atrás de um acordo do governo americano para um dos princípios da fórmula de acordo — que aos poucos vai sendo revelada, como num quebra-cabeças: o depósito do pagamento simbólico brasileiro num banco neutro. Só não chamou a operação de uma caução, como antecipara o JT, anteontem, mas sim de “custódia”, explicando que existem outros nomes, “várias maneiras de expressar, várias figuras jurídicas”.

— É possível que o Brasil deposite o dinheiro do pagamento aos banqueiros como garantia em alguma instituição? — perguntou-lhe um repórter.

Bracher sorriu, esfregando as mãos contra o frio de nove graus, e declarou, como se pego em flagrante: “Você vê que a coisa pode ser mais complicada do que a gente pensa. E talvez a gente possa encontrar saídas e maneiras de procedimento que permitam atender a um problema que é efetivamente complicado. De um lado nós temos as normas americanas, que devem ser atendidas. De outro nós temos as possibilidades brasileiras e os interesses brasileiros a serem defendidos com igual vigor, senão maior, para a manutenção de uma posição de equilíbrio na mesa de negociações, de modo que são justamente os pedaços deste quebra-cabeça que fazem a gente demorar um pouco mais de tempo do que gostaria”.

— De que quantia seria a caução? — perguntou-lhe O Estado e o JT. E Bracher, sempre bem-humorado, mas apressado para sair da rua, onde chamava a atenção com a tevê o filmando-o, respondeu: “Esta é uma boa pergunta. É justamente o que cada um se pergunta, e cada um quer uma quantia. Uns querem tudo, outros querem nada, outros querem o que podem...”

— O que é tudo, e o que é nada? — cortou um repórter.

“... Tudo eu posso dizer. Tudo é se a gente pagar tudo, 4,5 bilhões de dólares. Se for nada, é nada.”

— E 942 milhões de dólares? — arriscou o repórter, lembrando a cifra divulgada pelo Wall Street Journal, relativa aos juros de fevereiro a maio. Bracher prosseguiu, desconversando: “É uma cifra entre nada e tudo. Não acredito que a gente... enfim... tenha que...”

Ele começou a andar, e a imprensa atrás. Perguntei-lhe o que estava paralisando as negociações, já que uma fonte americana tinha contado, pouco antes, que “estamos mal parados”, que “o Brasil está jogando pôquer”, e que “não saímos do lugar”. Mas Bracher lembrou que, “graças a Deus, como lhe falei, nós conseguimos (progredir nas negociações). O Seixas (o diretor da área externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas) continua lá em cima discutindo, vendo as pautas de serviços, enquanto estou me ocupando mais destes assuntos governamentais. O Seixas está podendo, com todo o time, ocupar-se mais dos assuntos de rotina”.

Fernão Bracher volta hoje à ponte-aérea Nova York — Washington, como revelou em meio a esbarrões contra pedestres pela calçada do Citicorp, na Lexington com rua 52, seguido pela imprensa. Vai de novo ao Federal Reserve, o Banco Central americano — que o tem recebido apesar de inteiramente envolvido na operação-resgate à Bolsa de Valores — e ao Departamento do Tesouro, podendo ainda esticar até o Banco Mundial, tendo tempo, pois pretende voltar ainda no final da manhã para novos encontros com o comitê dos bancos credores.

O Federal Reserve e o Departamento do Tesouro já deram seu apoio à fórmula que está aos poucos sendo montada, como se soube ontem. E David Mulford, um assistente do secretário James Baker, teria inclusive feito uma misteriosa viagem como parte do esforço para se alcançar um acordo. Para onde? Quando O Estado e o JT perguntaram a Bracher, ele ironizou: “Não sei... Foi para fora de Washington...”

Alguns banqueiros credores do Brasil foram vistos, ontem, visitando o Federal Reserve, onde Fernão Bracher passou o dia anteontem. Teriam ido ouvir o presidente Greenspan lhes pedir que aceitem a fórmula que pode acabar com a moratória brasileira, segundo informações extra-oficiais que não puderam ser confirmadas. Enquanto isso, em Nova York, duas reuniões paralelas aconteceram. Numa, os membros do comitê dos bancos credores ouviram o relatório de seu enviado especial ao Brasil, Douglas Smes, que trouxe os últimos dados da economia brasileira, na outra, entre brasileiros, “digeriu-se”, como diria Fernão Bracher, o que foi discutido com o governo norte-americano. À tarde, houve uma reunião plenária, da qual nada transpirou, embora o próprio Bracher adiantasse que “não se deveria esperar dela nenhuma novidade”.

O clima também mudou no Icerc, a comissão interministerial, com seis membros, que se vai reunir na próxima segunda-feira, dia 26, para examinar a reclassificação da dívida. Antes vista como “o algoz” do Brasil e dos bancos porque “puniria” os dois, isolando um e obrigando outros a fazer descon-

tos de 10% da dívida, agora já é apresentada como “flexível”, regulada por regras mutáveis, e que não quer prejudicar ninguém. Primeiro, sem prazo para exame da situação do Brasil deixou de ser final e fatal, dilatando-se para uma semana. Agora, para ainda mais, segundo Fernão Bracher, que explicou que ela terá mais duas semanas, para escrever suas conclusões.

A metamorfose pode ser consequência de uma mudança de atitude do governo americano, precipitada pela grande queda da Bolsa de Nova York, na segunda-feira, que provoca choques até hoje no mercado financeiro internacional. Um especialista explicou ao Estado e ao JT: “Os bancos emprestaram dinheiro que seus clientes investiram na Bolsa, e perderam. Não é o momento agora, então, de desviar mais dinheiro para novas reservas. Depois, um anúncio de uma reclassificação da dívida brasileira pode provocar uma corrida aos bancos...”

Fernão Bracher está calculando que as negociações, por um calendário já fixado, se desenvolvam até o fim do ano, ou o começo de 1989. E mostrou-se satisfeito, ontem, “com o resultado auspicioso já obtido para o tempo decorrido, e para as dificuldades que nós temos pela frente”.

Moisés Rabinovici, de Washington

Sarney quer que o PMDB verbalize melhor o apoio a Bresser

O presidente Sarney vai pedir ao PMDB que “verbalize” de uma forma mais clara e mais sistemática o seu apoio ao ministro Bresser Pereira, da Fazenda, e à atual política econômica do governo, como forma de facilitar as negociações da dívida externa do País. O pedido do presidente será feito durante os próximos contatos que ele vai manter, nesta nova fase do seu governo, com as principais lideranças do partido.

Segundo informações colhidas ontem no Palácio do Planalto, Sarney acha que o grau de verbalização do apoio que o PMDB empresta ao ministro Bresser Pereira é muito fraco.

Esta fraca verbalização do apoio a Bresser e à atual política econômica tem ajudado a que se forme no Exterior uma imagem distorcida do relacionamento entre o ministro e o partido majoritário do governo. Segundo se comenta no Palácio do Planalto, é comum ouvir-se lá fora opiniões de banqueiros de que o PMDB não apóia a atual política econômica e nem o ministro da Fazenda.

Na realidade — afirma-se ali — o ministro Bresser Pereira conta com um amplo apoio do PMDB, e tem demonstrado isto nos frequentes contatos que mantém com as lideranças do partido. Entretanto, como os parlamentares peemedebistas verbalizam muito pouco o apoio, gera-se a falsa impressão de que este é inexistente.

O governo refaz suas projeções. Para pior.

O Banco Central está pessimista quanto às consequências para o Brasil da “segunda-feira negra” da Bolsa de Nova York, que provocou queda nos principais mercados acionários do mundo: os juros no mercado internacional vão subir brevemente, haverá uma diminuição das exportações brasileiras e as que forem realizadas sofrerão redução de preços. Neste quadro, a perspectiva é de que o Brasil não consiga pagar, no próximo ano, nem mesmo a metade dos juros devidos.

Esta previsão sombria foi elaborada no Departamento Econômico do BC, na terça e quarta-feiras, últimas, e encaminhada à diretoria do banco na noite de quarta-feira, atendendo à solicitação da presidência para que se fizesse uma análise dos desdobramentos do crash da Bolsa de Nova York.

Na análise, assinada pelo economista Hélio César Bontempo, “o crash de Nova York e de outros países credores e compradores do Brasil impôs uma perda razoável ao mercado acionário destes países, que poderá, na melhor das hipóteses, ficar restrita à ‘segunda-feira negra’, ou, na pior, se repetir de forma desastrosa para a economia internacional”.

“Em qualquer hipótese, o principal país credor e comprador do Brasil deverá reduzir suas compras e o preço das exportações brasileiras, no que poderá ser acompanhado em maior ou menor grau pelos demais (e poucos) centros credores-compradores dos países em desenvolvimento”, assinala Bontempo.

Essas consequências, segundo o economista do Banco Central, não decorrem propriamente do crash, podendo ser agravadas e aceleradas por ele e seus desdobramentos. O crash evidenciará a necessidade irrecusável dos Estados Unidos reduzirem seu déficit comercial e interno, ainda que em período pré-eleitoral.

Para isso, haverá a redução das importações norte-americanas, que será acompanhada pela desvalorização do dólar, “que já mostra esta tendência desde 1985, devendo, agora, ser acentuada”. Da mesma forma, acentua Bontempo, “as pressões para a redução do crescente déficit público americano deverão ser mais fortes. Não é plausível, porém, esperar uma redução de vulto do déficit fiscal, de um ano para outro, principalmente em períodos eleitorais”.

“Desta forma, o financiamento do déficit fiscal dos EUA deverá ser realizado com títulos (o que requer o aumento da taxa de juros, que por sua vez é inflacionária de custos) e/ou pela emissão de moeda (que pode atuar anticíclicamente mas também pode ser inflacionário e provocar aumento nas taxas de juros). Assim, mesmo independentemente da proporção do crash da ‘segunda-feira negra’, as taxas nominais de juros internacionais poderão apresentar aumentos bastante significativos”, segundo o parecer do economista do Banco Central.